



Diana Filipa Ribeiro Vasconcelos

**Violência Bidirecional em Relações de Intimidade
e Perceções acerca da relação pais-filhos**

Trabalho realizado sob a orientação da:
Professora Doutora Olga Cunha

E coorientação da:
Professora Doutora Andreia Machado

dezembro 2022



Diana Filipa Ribeiro Vasconcelos

**Violência Bidirecional em Relações de Intimidade e
Perceções acerca da relação pais-filhos**

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto

Para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto

No dia 16/12/2022, perante o júri seguinte:

Presidente: Professora Doutora Carla Margarida Vieira Antunes

(Professora Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

Arguente: Professora Doutora Sónia Caridade

(Professora Auxiliar da Escola de Psicologia da Universidade do Minho)

Orientadora: Professora Doutora Olga Cecília Soares da Cunha

(Professora Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

dezembro 2022

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Violência Bidirecional em Relações de Intimidade e Percepções acerca da relação pais-filhos

Resumo

O tema em estudo tinha como foco a violência bidirecional nas relações de intimidade, associada à forma como os pais envolvidos neste contexto percebem a relação com os filhos. A escassez de estudos sobre a temática conferiu relevância e pertinência à investigação da mesma.

Desta forma, o objetivo deste estudo consistia em compreender se existiam diferenças nas percepções acerca da qualidade da relação pais-filhos, entre pais envolvidos em relações íntimas caracterizadas por violência unidirecional e pais envolvidos em relações íntimas caracterizadas por violência bidirecional.

A amostra foi constituída por 138 participantes, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 18 anos e com filhos menores de idade. O presente estudo foi realizado online e os dados foram recolhidos através de um questionário sociodemográfico, do Inventário de Violência Conjugal (IVC) e do Inventário da Relação Pais-filhos (PCRI). Assim, de acordo com a literatura, a hipótese inicial foi que os pais perpetradores de violência bidirecional apresentavam uma menor percepção da qualidade da relação com os filhos do que pais perpetradores de violência unidirecional e do que pais sem violência.

De facto, os resultados da investigação demonstraram que os pais (homens e mulheres) envolvidos em relações íntimas caracterizadas por violência bidirecional apresentam percepções de menor qualidade na relação com os filhos. Isto porque, existe uma maior tendência para os casais transporem para a relação com os filhos as dinâmicas que estabelecem na relação conjugal (Cox & Paley, 1997; HosokawaI & Katsura, 2019).

Palavras-chave: Violência em relações de intimidade, Violência Bidirecional, Parentalidade, Relação pais-filhos

Bidirectional Violence in Intimacy Relationships and Perceptions about the Parent-Child Relationship

Abstract

The topic under study focused on bidirectional violence in intimate relationships, associated with the way in which the parents involved in this context perceive the relationship with their children. The scarcity of studies on the subject has given relevance and pertinence to the study and investigation of the subject.

Thus, the aim of this study was to understand whether there were differences in perceptions about the quality of the parent-child relationship between parents involved in intimate relationships characterized by unidirectional violence and parents involved in intimate relationships characterized by bidirectional violence.

The sample consisted of 138 participants, of both sexes, aged 18 years or over and with underage children. The present study was conducted online and data were collected through a sociodemographic questionnaire, the Inventory of Marital Violence (CVI) and the Inventory of Parent-Child Relationship (PCRI). Thus, according to the literature, the initial hypothesis was that parents who perpetrated bidirectional violence had a lower perception of the quality of the relationship with their children than parents who perpetrated unidirectional violence and parents without violence.

In fact, the research results showed that parents (men and women) involved in intimate relationships characterized by bidirectional violence present perceptions of lower quality in the relationship with their children. In this way, there is a greater tendency for couples to transpose the dynamics they establish in the marital relationship to the relationship with their children (Cox & Paley, 1997; HosokawaI & Katsura, 2019).

Keywords: Violence in intimate relationships, Bidirectional violence, Parenting, Parent-child relationship

Índice de siglas

VD- Violência Doméstica

VB- Violência Bidirecional

VRI- Violência nas Relações de Intimidade

RASI- Relatório Anual de Segurança Interna

PCRI- Inventário da Relação Pais-Filhos

IVC- Inventário de Violência Conjugal

SDRS-5- Escala de Respostas Socialmente Desejáveis-5

CEDIC- Comissão de Ética e Deontologia para a Investigação Científica

Índice

Resumo	ii
Índice de siglas	iv
Introdução	
Violência nas Relações de Intimidade	6
Violência Bidirecional	6
Violência nas Relações de Intimidade e Impacto na Parentalidade	7
Relação pais-filhos e suas dimensões	9
Objetivos e hipóteses	12
Método	
Amostra/Participantes	13
Medidas	13
Procedimentos	15
Análise de Dados	16
Resultados	17
Discussão	23
Limitações	27
Estudos Futuros	28
Conclusão	29
Referências	31

Violência nas Relações de Intimidade

A violência contra um parceiro íntimo, é um fenómeno social para o qual existem várias definições (Langhinrichsen-Rohling et al., 2012). Este é comumente conhecido pelo seu termo legal “violência doméstica” (VD), que inclui violência física, psicológica, sexual, intimidação e controlo (Carlson, 2000, como citado em Umoren & Owiriwa, 2018; Miller & McCaw, 2019) sobre um parceiro íntimo ou ex-parceiro, familiares, entre outras vítimas (Lei n.º 48/95, art. 152.º). Segundo estatísticas nacionais, este é o crime mais reportado em Portugal (Capinha et al., 2022). Ano passado foram registadas 26.520 denúncias, número total que se reconhece desde há alguns anos (RASI, 2021).

A par da denominação VD, este fenómeno é muitas vezes descrito na literatura como violência familiar, violência de género ou violência em relações de intimidade (Sousa, 2021), sendo este último, o termo escolhido para o estudo.

Esta designação propõe uma definição mais holística deste fenómeno multidimensional não se restringindo à explicação patriarcal (Cunha, 2013), nem à violência familiar, abrangendo, assim, a violência no campo das relações de intimidade (Sousa, 2021). Ao contrário de outras designações, a VRI reconhece que a violência pode ser praticada de forma igualitária entre homens e mulheres (Capaldi et al., 2007, como citado em Ali et al., 2016).

Ainda assim, a VRI é, também, definida como um padrão de comportamentos abusivos praticados com o objetivo de causar dano ao parceiro ou ex-parceiro, podendo assumir alterações ao nível da sua intensidade, gravidade e frequência (World Health Organization [WHO], 2021).

Violência Bidirecional

Desde cedo, a VRI é associada ao homem como sendo o principal perpetrador e a mulher como sendo, maioritariamente, a vítima, resumindo-se à violência unidirecional, perspetiva sob a qual este fenómeno tem vindo a ser estudado (Anderson, 2013), merecendo as investigações e o desenvolvimento de ações de prevenção e intervenção que lhe são dirigidas. No entanto, não desvalorizando a problemática da unidirecionalidade da violência, esta associação, quase exclusiva, tem dificultado a inovação da intervenção dirigida às vítimas e aos perpetradores deste tipo de crime (Barocas et al., 2016) e negligenciado a violência exercida contra o homem (Machado et al., 2019; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012), ou a violência exercida por ambos os parceiros (Capaldi et al., 2007, como citado em Ali et al., 2016).

Assim sendo, a VRI deve ser encarada como um problema social, relacional e de saúde pública (Sant'Anna & Penso, 2018; World Health Organization [WHO], 2021), e não apenas como uma questão de sexo, visto que este último fator não tem por si só um papel determinante na caracterização de um perpetrador ou de uma vítima (Hamel, 2020).

Assim, a violência bidirecional, caracterizada pela simetria de sexo (Barreira et al., 2014), consiste na prática de violência por ambos os elementos de um casal (Holmes et al., 2019), sendo que a frequência (Costa et al., 2015), as causas (Hamel, 2009) e a gravidade da violência perpetrada podem ser semelhantes, em ambos os sexos (Carney et al., 2007; Costa et al., 2015).

A nível internacional, as investigações sobre esta temática têm vindo a aumentar (Graham-Kevan & Archer, 2009) e revelam que a perpetração de violência por mulheres contra homens parece ser uma situação rara (Holmes et al., 2019), quando comparada com a percentagem considerável de violência bidirecional que existe na comunidade (Bates et al., 2014; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Straus, 2015).

Apesar de o conhecimento sobre a violência bidirecional ser ainda escasso no nosso país (Machado & Matos, 2012), existem dados que revelam que também as mulheres perpetram violência contra os homens (Capinha et al., 2022; Costa et al., 2015). De facto, as estatísticas reportadas pelo Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), apesar de apresentarem uma redução do número de homens vítimas, de 9.050 (RASI, 2020) para 8.937 (RASI, 2021), apresentam um aumento do número de mulheres perpetradoras, de 6.335 (RASI, 2020) para 6.399 (RASI, 2021).

Além disso, começam, também, a surgir estudos, como o de Machado et al. (2019) que demonstram que apesar das elevadas taxas de perpetração por parte dos homens (77.6%), estes relatam também elevadas percentagens de vitimação (76.5%). Ainda neste estudo, foi encontrada uma taxa de violência bidirecional elevada (73.7%), que demonstra a necessidade de explorar a mutualidade da vitimação e da perpetração. Os mesmos resultados são encontrados no estudo de Capinha et al. (2022), no qual é reportada uma elevada prevalência de violência (sofrida e perpetrada) independentemente do sexo dos participantes (superior a 62.5%).

Violência nas Relações de Intimidade e Impacto na Parentalidade

A Teoria dos Sistemas Familiares explica que os relacionamentos estabelecidos dentro da família e a sua qualidade, influenciam todo o ambiente familiar (Cox & Paley, 1997).

Assim, quando existem conflitos entre casais com filhos, incluindo a discórdia relativamente à educação dos mesmos (Chen & Johnston, 2012) ou os stressores presentes no casamento como a dificuldade na resolução de problemas, tensão no trabalho, problemas financeiros, entre outros (Randall & Bodenmann, 2009), o impacto ocorre não só no casal, como também pode afetar o exercício da parentalidade (Stroud et al., 2015).

Desta forma, as emoções (e.g., raiva e frustração) e os comportamentos associados à violência são transferidos para a díade pai-filho (Cheung et al., 2016; HosokawaI & Katsura, 2019; Martin et al., 2017; Stover et al., 2013), aumentando a probabilidade das crianças desenvolverem problemas de ajustamento (Chen & Johnston, 2012; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012) e podendo prejudicar a relação parental (Stroud et al., 2015). Tudo isto se traduz numa ameaça à segurança emocional das crianças (Cheung et al., 2016; HosokawaI & Katsura, 2019; Sturge-Apple et al., 2012), que se agrava quando estas se tornam vítimas diretas da violência (Chen & Johnston, 2012).

Os estudos sobre a perceção dos pais acerca da exposição dos filhos aos conflitos são escassos (Cannon et al., 2019) e os que existem apresentam resultados divergentes. Isto é, há estudos que mostram que as mães vítimas tendem a reconhecer que as crianças presenciam os episódios de violência (DeVoe & Smith, 2002; Izaguirre & Calvete, 2015), no entanto, outros revelam que as mães tendem a negar tal circunstância, pois acreditam que os filhos estão mais preocupados com os seus próprios problemas (DeVoe & Smith, 2002). Relativamente aos pais perpetradores (Zalmanowitz et al., 2013), existem estudos que afirmam que alguns deles reconhecem o impacto da exposição nos filhos e mostram-se preocupados com as consequências a longo prazo (Kitzman et al., 2003 como citado em Meyer, 2017). Por outro lado, outros estudos revelam que os pais não admitem os danos causados pelo seu comportamento, pelo facto de este não ser dirigido diretamente às crianças. Ainda assim, estes progenitores percebem algumas mudanças no relacionamento com os seus filhos (Meyer, 2017).

Transmissão Intergeracional da Violência

Uma consequência típica da exposição das crianças aos conflitos é a transmissão intergeracional da violência, ou seja, a violência é transmitida à criança podendo tornar-se ela própria violenta e com maior probabilidade de praticar esses mesmos comportamentos no futuro (Capinha et al., 2022) ou tornando-se passiva e sujeita à revitimação (Meyer, 2017; Milletich et al., 2010).

A probabilidade da transmissão intergeracional é alta, visto que, de acordo com a Teoria Sistêmica, é no seio familiar que se interiorizam experiências e valores, independentemente do seu carácter (Bandura, 1973, como citado em Black et al., 2010), por meio de aprendizagem social (Bandura, 1986; Widom, 1989, como citado em Black et al., 2010).

De acordo com uma meta-análise realizada por Millettich et al. (2010), a transmissão da violência afeta com igual probabilidade ambos os sexos, sendo que as crianças se tornam mais propensas a envolver-se em relações caracterizadas por violência bidirecional. O sexo das crianças é considerado quando se trata da forma como as mesmas reagem aos conflitos e da hostilidade dos pais. Segundo a literatura, os rapazes têm mais tendência para a externalização, enquanto as raparigas tendem a internalizar os problemas por se sentirem culpadas pelos mesmos (HosokawaI & Katsura, 2019).

Por outro lado, importa referir que nada é determinista. A presença de fatores de proteção e a forma como os conflitos são resolvidos e abordados pelos pais (HosokawaI & Katsura, 2019), podem alterar aquela que seria a trajetória mais provável, tendo em conta os fatores de risco presentes (Rosa & Falcke, 2011).

Relação pais-filhos e suas dimensões

De acordo com alguns autores, os pais perpetradores de ambos os sexos, tendem a adotar práticas autoritárias (Simmons et al., 2010), apresentando comportamentos negativos e hostis para com os filhos (Chiesa et al., 2018), que podem culminar em maus-tratos (Holt et al., 2008). Nestas relações, dimensões como a atenção (Holt et al., 2008), o afeto, a estimulação, o envolvimento e a comunicação (Chiesa et al., 2018) tendem a encontrar-se deficitárias (Jeong et al., 2020; Stover et al., 2013). Em casos de violência unidirecional, o progenitor perpetrador pode mesmo tentar interferir na parentalidade do progenitor vítima (Bancroft et al., 2011; Meyer, 2017).

Estes comportamentos podem resultar numa regulação emocional deficitária, que leva os pais a perceber a parentalidade como stressante e ameaçadora (Gardner et al. 2014), estando pouco envolvidos na vida dos filhos (Simmons et al., 2010). Bancroft et al. (2012) afirmam que os pais perpetradores homens tendem a perceber a parentalidade como uma relação baseada na autoridade, atribuindo a responsabilidade dos cuidados da criança à mãe.

O baixo funcionamento reflexivo (Stover & Kiselica, 2014) também pode explicar estas atitudes, pois leva os pais perpetradores a desvalorizar os processos mentais das crianças, as suas crenças e sentimentos (Mohaupt & Duckert, 2016), devido à dificuldade que sentem em

compreender as suas emoções e as dos outros (Fonagy & Bateman, 2006). De uma forma geral, o funcionamento reflexivo é uma aptidão que se adquire através de uma vinculação saudável entre pai-filho e consiste na capacidade de perceber as ações dos outros como consequência dos seus estados emocionais e motivações psicológicas, essencial para o estabelecimento de relações saudáveis e funcionamento interpessoal (Narciso et al., 2018).

Há, ainda, a possibilidade de estes pais e mães terem sido expostos a violência interparental na infância e, consequentemente, alvos da transmissão intergeracional da violência, razão pela qual agem de forma violenta para com o/a parceiro/a íntimo/a e para com os filhos (Gardner et al. 2014). Estes atos podem resultar do desenvolvimento de esquemas e crenças negativas sobre si mesmos, perspetivando-se como incompetentes (O'Dougherty-Wright et al., 2009; Pellerone et al., 2017) e apresentando um comportamento pouco empático (Pellerone et al., 2017).

De facto, de acordo com a Teoria da Vinculação, os padrões de cuidado estão associados às experiências com os pais (Shaver et al., 2010). Isto é, dependendo dessas experiências, pensamentos e sentimentos são ativados perante o cuidado de uma criança, que influenciam os comportamentos e a sensibilidade dos pais (Bowlby 1988, como citado em Finzi-Dottan & Hare, 2014). Estes, por sua vez são modelados pela sua capacidade de regulação emocional e pela capacidade de resposta face às necessidades das crianças.

De acordo com um estudo, as mães parecem ser o progenitor de maior risco para as crianças (Cannon et al., 2018; Cannon et al., 2019), visto que, estas tendem a justificar o seu comportamento com a sua própria vitimação (Cuenca et al., 2015), são as cuidadoras principais dos filhos e cada vez mais são responsáveis por garantir o sustento da família (Department of Labor, 2016, como citado em Cannon et al., 2019; Peled & Gil, 2011) o que resulta em maiores níveis de stress (Cannon et al., 2018; Cannon et al., 2019). Estas condições podem ser impulsionadoras de violência na relação íntima (Buzawa & Buzawa, 2013) e consequentemente na relação com os filhos (Frioux et al., 2014). Os níveis de stress parecem aumentar consoante o número de filhos (Cannon et al., 2019). Na verdade, a exposição à violência praticada pela mãe parece ter efeitos mais adversos nas crianças do que a exposição à violência praticada pelo pai (Straus, 1992, como citado em Hamel, 2009), o que explica que o ajustamento das crianças está mais relacionado com a capacidade de resposta das mães (Stroud et al., 2015).

No que diz respeito à relação parental, os pais que vivem em situação de violência bidirecional tendem a relatar mais dificuldades ao nível da comunicação com os filhos. De

acordo com a literatura, esta dimensão parece ser a mais afetada, devido aos sentimentos de vergonha e culpa que ambos os progenitores perpetradores sentem pelo seu comportamento (Kamody et al., 2020), pelo facto de poder existir uma ausência de comunicação na relação conjugal que se estende para a relação pais-filhos (Insetta et al., 2015) ou devido à recusa dos pais conversarem com os filhos sobre a situação familiar como forma de os proteger. Contudo, este evitamento pode piorar a situação, pois as crianças apercebem-se da hostilidade presente no ambiente (Brown et al., 2007), e a ausência de comunicação sobre os conflitos pode estender-se para a ausência de comunicação sobre qualquer outro assunto familiar e pessoal (Kamody et al., 2020).

Esta dificuldade ao nível da comunicação parece ser mais acentuada com filhos adolescentes, pelo receio dos progenitores serem julgados pelos mesmos e pelo facto de nestas idades haver uma tendência para a diminuição da comunicação aberta entre pais e filhos, consequente do afastamento dos jovens em relação aos pais (Kamody et al., 2020), típico desta fase desenvolvimental (Farley & Kim-Spoon, 2014).

Por outro lado, pode existir comunicação, mas a mesma ser autoritária e aversiva, aumentando o risco de desajustamento das crianças e a prática de comportamentos violentos no futuro (Bastien et al., 2011).

Importa, contudo, referir que devido à ausência de investigação sobre violência bidirecional nas relações de intimidade e a sua relação/impacto na parentalidade, ainda não existem estudos capazes de informar acerca de como a comunicação varia entre situações de violência unidirecional e bidirecional (Kamody et al., 2020).

Em contrapartida, de acordo com a literatura, a relação entre a VRI e a adoção de estilos parentais hostis não é linear. Existem pais que, apesar dos conflitos familiares, mantêm uma relação de afeto com os filhos (Perel & Peled, 2008), desempenhando um papel significativo na vida dos mesmos (Salisbury et al., 2009).

Um estudo focado na violência unidirecional constatou que existem pais dotados de funcionamento reflexivo, embora na maioria as mães apresentem níveis mais elevados nesta aptidão (Esbjörn et al., 2013), capazes de refletir sobre os estados emocionais dos filhos, garantindo o estabelecimento de uma relação de vinculação, uma comunicação aberta (Slade, 2005), capacidade de regulação emocional (Fonagy & Bateman, 2006; Slade, 2005), sensibilidade e competência para dar resposta às necessidades e desafios desenvolvimentais das crianças (Slade, 2005; Suchman et al., 2010).

Aliás, a Teoria da Compartimentalização afirma que existem casais em situação de conflito capazes de distinguir o seu papel de parceiros íntimos da sua função enquanto progenitores, estabelecendo limites entre as diferentes relações familiares (Heinrichs et al., 2010). Assim, os progenitores mantêm-se capazes de fornecer afeto e apoio às crianças, amortecendo o impacto da exposição aos conflitos conjugais (Letourneau et al., 2007) e protegendo-as da violência (Peled & Gil, 2011).

Presente Estudo

No que concerne ao presente estudo, este foca o tema da parentalidade em indivíduos envolvidos em violência bidirecional na intimidade. A pertinência do tema de investigação passa, essencialmente, pela necessidade de explorar de forma mais aprofundada a questão da bidirecionalidade da violência e o seu impacto em diversas vertentes, principalmente na parentalidade, tendo em conta a escassez de estudos a nível internacional e mais ainda a nível nacional, o que limita o nosso conhecimento sobre o fenómeno e impossibilita a melhoria e o desenvolvimento de respostas direcionadas à problemática.

Assim, de forma a tentar dar resposta às questões que ficam por esclarecer devido às limitações das investigações existentes, definimos quatro principais objetivos: (i) analisar diferenças nas percepções acerca da qualidade da relação pais-filhos entre pais envolvidos em relações íntimas caracterizadas por violência unidirecional, pais envolvidos em relações íntimas caracterizadas por violência bidirecional e pais sem violência, (ii) identificar quais as dimensões da relação pais-filhos mais afetadas em situações de violência unidirecional e bidirecional, (iii) analisar diferenças entre pais e mães envolvidos em relações íntimas caracterizadas pela violência bidirecional nas percepções acerca da qualidade da relação pais-filhos, e (iv) analisar de que forma o tempo de duração das relações conjugais e as idades dos pais envolvidos em relações íntimas caracterizadas pela violência bidirecional têm influência na forma como percebem a relação com os filhos.

Face aos objetivos definidos, foram traçadas as seguintes hipóteses de trabalho, H1: espera-se que pais e mães envolvidos em relações íntimas pautadas pela violência bidirecional apresentem percepções de menor qualidade na relação com os seus filhos do que pais sem violência ou em situação de violência unidirecional; H2: espera-se que a dimensão da comunicação seja a mais afetada; H3: espera-se que os pais envolvidos em relações íntimas caracterizadas pela violência bidirecional apresentem percepções de menor qualidade da relação com os filhos do que as mães; e H4: espera-se que pais envolvidos em relações

íntimas caracterizadas pela violência bidirecional com idades mais avançadas e com relações mais duradouras apresentem percepções de menor qualidade na relação com os filhos, tendo em conta os fatores de stress quotidianos, internos ou externos, que influenciam a estabilidade das relações conjugais. Estes fatores de stress tendem a afetar várias áreas da vida das pessoas, incluindo a parentalidade (Randall & Bodenmann, 2009).

Método

Amostra/participantes

Os participantes do presente estudo foram recrutados na comunidade, através de um processo de amostragem por conveniência. A amostra foi selecionada de acordo com os seguintes critérios de inclusão/exclusão: (i) ter idade igual ou superior a 18 anos e (ii) ter filhos com idades inferiores a 18 anos.

A amostra do presente estudo contou com 138 participantes, 115 (83.3%) do sexo feminino e 23 (16.7%) do sexo masculino, cujas idades variaram entre os 21 e os 54 anos ($M = 38.98$; $DP = 7.34$). Grande parte dos participantes encontrava-se num relacionamento íntimo ($n = 121$; 87.7%), sendo a maioria casada ou a viver em união de facto ($n = 105$; 76.1%). Uma maior percentagem de participantes relatou ter apenas um filho ($n = 67$; 48.6%), seguido de dois filhos ($n = 47$; 34.1%). Todos os participantes assumiam uma orientação heterossexual, não tendo sido registada outra orientação sexual na amostra.

A licenciatura ($n = 43$; 31.2%), o terceiro ciclo ($n = 23$; 16.7%) e o ensino secundário ($n = 21$; 15.2%), foram as habilitações literárias mais frequentes entre os participantes. No que respeita à situação profissional, 89.9% ($n = 124$) estavam empregados, 5.8% ($n = 8$) estavam desempregados, 2.9% ($n = 4$) eram trabalhadores-estudantes e 1.4% ($n = 2$) eram estudantes.

Medidas

O questionário sociodemográfico foi utilizado para recolha dos dados referentes à caracterização dos participantes, como o sexo, idade, escolaridade, nível socioeconómico, estado civil, duração da relação, número de filhos e constituição familiar (e.g. monoparental).

As percepções acerca da qualidade da relação pais-filhos foram avaliadas a partir do Inventário da Relação Pais-Filhos (PCRI; Gerard, 1994; versão portuguesa de Leite et al., 2018). Desenvolvido para avaliar a percepção dos pais acerca da sua relação com os filhos (Gerard, 1994, como citado em Nagy et al., 2020), o PCRI é constituído por 78 itens de

autorrelato que avaliam sete escalas: Apoio Parental, Satisfação com a Parentalidade, Envolvimento, Comunicação, Definição de limites, Autonomia e Orientação para Funções. As respostas estão organizadas numa escala tipo Likert de 4 pontos (de (1) concordo totalmente a (4) discordo totalmente). Este instrumento inclui, ainda, duas subescalas: o Viés de Resposta de Desejabilidade Social e a Inconsistência de Resposta (Nagy et al., 2020).

Os resultados da análise da consistência interna do instrumento original revelaram os seguintes alfas de Cronbach: Apoio Parental ($\alpha = .70$), Satisfação com a parentalidade ($\alpha = .85$), Envolvimento ($\alpha = .76$), Comunicação ($\alpha = .82$), Definição de limites ($\alpha = .88$), Autonomia ($\alpha = .80$) e Orientação para Funções ($\alpha = .76$) (Nagy et al., 2020).

A análise das propriedades psicométricas deste instrumento aplicado ao contexto português revelou que os seguintes valores do alfa de Cronbach: “Satisfação com a parentalidade” ($\alpha = .74$), “Envolvimento” ($\alpha = .79$), “Comunicação” ($\alpha = .79$) e “Definição de Limites” ($\alpha = .73$) apresentam valores aceitáveis. Enquanto as subescalas “Apoio parental” ($\alpha = .62$), “Autonomia” ($\alpha = .64$) e “Orientação para funções” ($\alpha = .65$).

Especificamente para a amostra deste estudo, o PCRI apresenta os seguintes valores de alfa de Cronbach: (i) “Satisfação com a parentalidade” ($\alpha = .77$), “Envolvimento” ($\alpha = .81$), “Comunicação” ($\alpha = .71$), “Definição de Limites” ($\alpha = .81$), “Apoio parental” ($\alpha = .75$), “Autonomia” ($\alpha = .65$), “Orientação para funções” ($\alpha = .70$) e “Desejabilidade Social” ($\alpha = .41$).

Com o objetivo de identificar a existência de violência unidirecional e/ou bidirecional nos casais, foi utilizado o Inventário de Violência Conjugal (IVC; Matos et al., 2000b). Este instrumento foi desenvolvido de raiz para ser aplicado na população portuguesa. O IVC avalia o construto da violência conjugal, focado em duas dimensões - violência física e violência emocional -, o que permite perceber a prevalência dos atos perpetrados e sofridos por parte de parceiros íntimos e a frequência com que ocorrem. Desta forma, possibilita a caracterização das dinâmicas de violência num casal como sendo unidirecional ou bidirecional. É constituído por 21 itens (Matos et al., 2000b).

Apesar de os autores originais não terem avaliado os valores de consistência interna, outros estudos apontam valores de alfa de Cronbach de .81 a .85 para a dimensão da violência física, .51 a .72 para a dimensão da violência psicológica e .80 a .83 para a escala total (Cunha & Gonçalves, 2015, 2016). Num estudo mais recente, os valores encontrados foram .83 para a violência física, .63 para a violência psicológica e .84 para a escala total (Cunha

et al., 2021). Para a amostra deste estudo, os valores de Cronbach foram de .84 para a escala da perpetração e .90 para a escala da vitimação.

Por fim, e de forma a avaliar e identificar a possibilidade de algumas respostas terem sido fornecidas de acordo com o que se considera socialmente aceitável, foi utilizada a versão portuguesa (Pechorro et al., 2019) da escala Socially Desirable Response Set-5 (Hays et al., 1989). Esta é uma medida autorrelato em formato breve, constituída por 5 itens. Cada item é cotado numa escala de 5 pontos, desde “Totalmente verdadeiro” a “Totalmente falso”. Pontuações mais altas indicam níveis de desejabilidade social mais altos. A análise das propriedades psicométricas deste instrumento, na sua forma original, obteve um valor de .88, no que respeita à sua consistência interna e uma fiabilidade temporal de .89 (Crowne e Marlowe, 1960, como citado em Pechorro et al., 2019).

Aplicada ao contexto português, esta escala apresenta uma estrutura unifatorial com uma adequada consistência interna para ambos os sexos (Pechorro et al., 2016). Os alfas de Cronbach apresentam uma amplitude de .66 a .68, a fiabilidade teste-reteste foi de .75 e as correlações item-total apresentam uma amplitude de .35 a .49 (Pechorro et al., 2019). A versão portuguesa deste instrumento, aplicada na amostra do presente estudo, apresentou um alfa de Cronbach de .55.

Procedimentos

De forma a ser possível proceder à realização do estudo, o projeto foi submetido para apreciação à Comissão de Ética e Deontologia para a Investigação Científica (CEDIC) da Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto da Universidade Lusófona do Porto, tendo sido aprovado.

A recolha de dados foi realizada através de um questionário online, por recurso à plataforma Qualtrics. Numa fase inicial, o instrumento foi divulgado através de emails pessoais, institucionais, das redes sociais da instituição e da equipa de investigação (e.g., Facebook, Instagram, WhatsApp). Numa fase posterior recorreu-se à estratégia snowball sampling, que consiste na passagem de palavra entre pessoas com conhecimento de participantes que se enquadravam nos critérios de seleção do estudo. Depois de recolhidos, os dados foram agrupados numa base de dados para proceder à sua análise, como será explicado adiante.

Todos os procedimentos utilizados para a realização desta investigação respeitaram as normas éticas, no sentido em que foi recolhido o consentimento informado online antes do

preenchimento dos questionários e garantida a privacidade e confidencialidade das informações recolhidas, assegurando o anonimato dos participantes e das suas respostas. Não houve lugar a qualquer tipo de recompensa para a participação no estudo, dado que a participação no mesmo era voluntária. Toda esta informação constava no consentimento informado. O preenchimento do questionário teve uma duração entre 15 a 20 minutos.

Análise de dados

Foi utilizada a estatística descritiva para a caracterização sociodemográfica da amostra e das principais variáveis em estudo, i.e, percepções acerca da qualidade da relação pais-filhos, violência em relações de intimidade e desejabilidade social.

Recorreu-se ainda à estatística inferencial para testar as hipóteses previamente formuladas. Antes de se proceder à testagem das hipóteses, foi efetuada uma análise exploratória de dados por forma a aferir se estavam cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização dos testes paramétricos. Na observação dos dados foi possível verificar que os valores de assimetria e curtose se encontravam dentro dos parâmetros aceitáveis para uma distribuição aproximadamente normal. No entanto, ao verificar que os pressupostos da normalidade não se encontravam cumpridos foram realizados, para todas as análises, os testes paramétricos e os não paramétricos equivalentes.

Tal como advoga Fife-Schaw (2000), quando ambos os procedimentos produziram conclusões similares, apresentaram-se os resultados dos testes paramétricos, quando as conclusões eram distintas, por forma a manter o rigor estatístico, optou-se pela apresentação dos resultados dos testes não paramétricos. Uma vez que os resultados dos testes paramétricos e não paramétricos foram idênticos, neste estudo optou-se por reportar os testes paramétricos.

Assim, foram realizados testes de diferenças, nomeadamente, o teste t de Student para amostras independentes para determinar diferenças de percepção de qualidade da relação pais-filhos entre os sexos e à ANOVA com vista a comparar os 3 grupos em análise (i.e., pais em situação de violência unidirecional, pais em situação de violência bidirecional e pais sem violência), no que respeita à percepção da qualidade da relação pais-filhos. Foram, ainda, realizados testes de associação, nomeadamente, correlações de Pearson, de forma a analisar a correlação entre as dimensões da relação pais-filhos e as variáveis idade e duração da relação.

Para as análises estatísticas recorreu-se ao programa estatístico IBM® SPSS® Statistics (Statistical Package for Social Sciences, 28.0) e para o cálculo dos tamanhos de efeito e do poder estatístico utilizou-se o programa G*Power® 3.1.9.7 para o Windows. Para os tamanhos de efeito considerou-se a seguinte classificação: $r < .30$ – pequeno; $r > .30$ e $r < .50$ – moderado; $r > .50$ – grande.

Resultados

Análise descritiva

Os resultados referentes ao instrumento de avaliação da vitimação e perpetração de violência na intimidade revelaram os seguintes valores: a escala da vitimação apresentou uma média de 1.52 ($DP = 3.58$), variando entre um mínimo de 0 e um máximo de 18, e a escala da perpetração apresentou uma média de .22 ($DP = .62$), variando entre um mínimo de 0 e um máximo de 3 (cf. tabela 1).

Por forma a permitir a testagem das hipóteses previamente definidas, a amostra foi dividida em diferentes grupos, em função da pontuação obtida no IVC, nomeadamente, o grupo sem violência (indivíduos que apresentaram a pontuação de zero em ambas as escalas - vitimação e perpetração), o grupo com violência unidirecional perpetração (indivíduos que obtiveram pontuação maior que zero na escala de perpetração), o grupo com violência unidirecional vitimação (indivíduos que obtiveram pontuação maior que zero na escala de vitimação) e o grupo com violência bidirecional (indivíduos que obtiveram pontuações maiores do que zero em ambas as escalas - vitimação e perpetração). No entanto, para efeitos do presente estudo apenas se utilizaram o grupo sem violência, o grupo violência unidirecional perpetração e o grupo violência bidirecional. Assim sendo, foi possível perceber que a maioria dos participantes referiu viver em contexto sem violência, com 57.3% ($n = 67$). 35.9% ($n = 42$) identificaram o seu contexto relacional como caracterizado por violência bidirecional e uma percentagem mais baixa admitiu perpetrar violência unidirecional ($n = 8$; 6.8%).

No que respeita ao PCRI (cf. tabela 1), as dimensões com as médias mais altas foram a dimensão envolvimento ($M = 48.76$, $DP = 4.22$), a dimensão definição de limites ($M = 35.59$, $DP = 4.17$) e a dimensão satisfação com a parentalidade ($M = 34.63$, $DP = 3.71$). No que concerne à desejabilidade social, os participantes do presente estudo apresentaram uma pontuação média de 13.09 ($DP = 1.77$), variando entre um mínimo de 8 e um máximo de 18 (cf. tabela 1).

Tabela 1.*Descritivos dos principais instrumentos*

Variáveis	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
IVC				
Vitimação	1.52	3.58	.00	18.00
Perpetração	.22	.62	.00	3.00
PCRI				
Apoio Parental	23.86	3.36	12.00	34.00
Satisfação	34.63	3.71	21.00	40.00
Envolvimento	48.76	4.22	39.00	56.00
Comunicação	29.82	2.49	24.00	36.00
Limites	35.59	4.17	20.00	45.00
Autonomia	26.82	3.04	19.00	36.00
Orientação	30.12	2.88	22.00	36.00
Desejabilidade social	13.09	1.77	8.0	18.00
SDRS-5	17.71	2.75	10.00	25.00

Nota. IVC- Inventário de Violência Conjugal, PCRI- Inventário da Relação Pais-Filhos, SDRS-5- Escala de Respostas Socialmente Desejáveis-5

Comparando os resultados do PCRI na presente amostra com os valores médios encontrados na amostra comunitária portuguesa (cf. tabela 2), foi possível perceber que os valores encontrados neste estudo se aproximam dos encontrados na amostra comunitária.

Tabela 2.

Comparação valores PCRI: estudo atual vs. amostra comunitária portuguesa (Pedro, 2011) vs. amostra forense (Leite et al., 2018)

Variáveis	Estudo atual		Portugal amostra comunitária		Portugal amostra forense	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Apoio Parental	23.86	3.36	23.58	3.85	24.31	4.08
Satisfação	34.63	3,71	33.96	3.26	34.72	4.32

Envolvimento	48.76	4.22	42.83	4.10	46.76	5.93
Comunicação	29.82	2.49	27.55	2.81	29.66	3.89
Limites	35.59	4.17	33.04	4.44	35.26	4.94
Autonomia	26.82	3.04	25.50	3.70	25.31	4.00
Orientação	30.12	2.88	26.87	4.18	27.47	3.97
Desejabilidade social	13.09	1.77	----	----	----	----

Finalmente, a Escala de Respostas Socialmente Desejáveis-5 apresentou um valor total médio de 17.73 ($DP = 2.70$), variando entre um mínimo de 10 e um máximo de 25 (cf. tabela 1). Quando analisadas as pontuações para cada um dos grupos de violência, os valores encontrados foram: (i) grupo sem violência apresentou um valor médio de 17.67 ($DP = 2.70$), (ii) grupo violência unidirecional perpetração apresentou um valor médio de 18.72 ($DP = 4.21$) e (iii) grupo violência bidirecional apresentou um valor médio de 17.58 ($DP = 2.54$) (cf. tabela 3). Tendo em consideração os valores médios do instrumento (12.5) quando analisados os valores encontrados na amostra do presente estudo foi possível perceber que os participantes exibiram uma elevada desejabilidade social.

Tabela 3.

Descritivas- SDRS-5 (grupos violência)

Variável	<i>M</i>	<i>DP</i>
Sem Violência (<i>n</i> =67)	17.67	2.70
Violência Unidirecional perpetração (<i>n</i> =8)	18.72	4.21
Violência Bidirecional (<i>n</i> =42)	17.58	2.54

Análises comparativas

No que respeita às diferentes dimensões da relação pais-filhos, os resultados revelaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos (perpetração de violência

unidirecional, violência bidirecional e sem violência) nas dimensões apoio parental, $F(2,114)= 3.88, p = .023$, e comunicação, $F(2,114)= 5.13, p = .007$. O teste Post Hoc Gabriel revelou diferenças de médias estatisticamente significativas entre os grupos violência unidirecional perpetração e violência bidirecional na dimensão apoio parental ($p = .023$) e entre os grupos perpetração de violência unidirecional e violência bidirecional ($p = .014$) e os grupos sem violência e violência bidirecional na dimensão comunicação ($p = .040$). Assim, o grupo caracterizado por perpetração de violência unidirecional apresentou valores mais elevados na dimensão apoio parental que o grupo caracterizado por violência bidirecional e o grupo que perpetra violência unidirecional apresentou valores mais elevados na dimensão comunicação que o grupo sem violência e o grupo em contexto relacional de violência bidirecional (cf. tabela 4).

Tabela 4.
ANOVA

Variável	Grupo Sem Violência (<i>n</i> =67)		Grupo Violência Unidirecional perpetração (<i>n</i> = 8)		Grupo Violência Bidirecional (<i>n</i> =42)		95% Intervalo de Confiança		<i>F</i>	<i>p</i>	<i>Eta Quadrado</i> <i>η</i> ²
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	Limite inferior	Limite superior			
Apoio Parental	24.17	2.93	26.12	3.95	22.93	3.68	23.4563	24.8842	3.880	.023	.064
Satisfação	34.38	4.15	36.36	2.06	34.71	3.13	22.8134	29.4175	1.036	.358	.018
Envolvimento	49.04	4.20	50.14	4.27	48.06	4.22	21.7822	24.0733	1.160	.317	.020
Comunicação	30.15	2.41	31.47	2.64	29.00	2.34	23.2414	24.4731	5.133	.007	.083
Limites	35.67	3.50	38.43	4.02	34.93	4.95	33.3638	35.3866	2.464	.090	.041

Autonomia	26.70	2.85	27.14	1.74	26.95	3.55	34.6361	38.0758	.131	.877	.002
Orientação	30.18	2.98	28.94	2.67	30.26	2.76	33.7386	35.6892	.727	.486	.013

Para analisar as diferenças entre os sexos optou-se por realizar análises separadas entre os grupos, ainda que não tenham sido realizadas análises para o grupo que perpetra violência unidirecional, atendendo ao número reduzido de participantes neste grupo ($n = 8$).

Em ambas as análises (cf. tabela 5 e 6), foi possível observar que não existem diferenças entre os sexos, no que respeita à percepção da relação pais-filhos.

Tabela 5.

T-Test- Grupo Violência Bidirecional

Variável	Pais (<i>n</i> =7)		Mães (<i>n</i> =35)		95% Intervalo de		<i>t</i>	<i>p</i>	<i>d de Cohen</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	Confiança				
					Limite inferior	Limite superior			
Apoio Parental	23.71	3.20	22.77	3.79	- 2.16263	4.03717	.611	.545	.253
Satisfação	35.49	2.96	34.56	3.18	- 1.70469	3.56520	.714	.480	.295
Envolvimento	46.10	3.96	48.45	4.21	- 5.83956	1.14946	- 1.356	.183	-.562
Comunicação	27.76	2.25	29.22	2.31	- 3.37756	.47479	- 1.523	.136	-.631
Limites	33.60	3.67	35.20	5.17	- 5.75936	2.57237	-.773	.444	-.320
Autonomia	26.90	2.36	26.96	3.77	- 3.06800	2.94506	-.041	.967	-.017
Orientação	29.77	2.51	30.35	2.84	- 2.91912	1.74879	-.507	.615	-.210

Tabela 6.*T-Test- Grupo Sem Violência*

Variável	Pais (n=12)		Mães (n=55)		95% Intervalo de		t	p	d de Cohen
	M	DP	M	DP	Confiança				
					Limite inferior	Limite superior			
Apoio Parental	24.75	2.75	24.04	2.98	-1.16839	2.56916	.748	.457	.238
Satisfação	34.59	2.38	34.33	4.46	-2.39054	2.92519	.201	.841	.064
Envolvimento	47.03	3.96	49.48	4.16	-5.07472	.17425	- 1.865	.067	-.594
Comunicação	28.98	1.95	30.40	2.45	-2.92698	.08689	- 1.882	.064	-.600
Limites	35.84	2.43	35.63	3.71	-2.02817	2.46155	.193	.848	.061
Autonomia	26.79	2.25	26.68	2.98	-1.71991	1.93218	.116	.908	.037
Orientação	29.46	2.33	30.34	3.10	-2.77534	1.02084	-.923	.359	-.294

Análises de Correlação

No que respeita às diferentes dimensões da relação pais-filhos não existe uma correlação estatisticamente significativa entre nenhuma destas dimensões e as variáveis idade e duração da relação, no grupo caracterizado pela violência bidirecional (cf. tabela 7).

Tabela 7.*Pearson: Grupo Violência Bidirecional*

Variável	Duração da Relação	Idade
Apoio Parental	.078	-.019
Satisfação	-.161	-.047
Envolvimento	-.002	-.264
Comunicação	-.089	-.239

Limites	.075	-.207
Autonomia	-.089	.082
Orientação	-.258	.186

Ao contrário do que acontece no grupo caracterizado por violência bidirecional, no grupo sem violência existe uma correlação estatisticamente significativa moderada e negativa entre a dimensão envolvimento e a variável idade, $r = -.32$, $p = .008$. Ou seja, pais mais velhos percebem de forma menos positiva o seu envolvimento com os filhos (cf. tabela 8).

Neste grupo, existe, ainda, uma correlação estatisticamente significativa moderada e negativa entre a dimensão comunicação e a variável duração da relação, $r = -.27$, $p = .031$. Ou seja, pais envolvidos em relações mais longas percebem de forma menos positiva a comunicação com os filhos (cf. tabela 8).

Tabela 8.

Pearson: Grupo Sem Violência

Variável	Duração da Relação	Idade
Apoio Parental	-.035	.077
Satisfação	-.218	.009
Envolvimento	-.095	-.324*
Comunicação	-.268*	-.225
Limites	.009	-.044
Autonomia	.080	-.001
Orientação	.040	-.152

Discussão

O presente estudo propôs-se a perceber de que forma é que os pais envolvidos em relações íntimas caracterizadas por violência bidirecional percebem a sua relação com os filhos. Este objetivo confere inovação ao estudo, devido à escassez de literatura e investigações relativas ao tema da violência bidirecional. A VB é um conceito e uma realidade ainda desconhecida, não sendo considerada mesmo nas estatísticas de violência, ao contrário da violência unidirecional que se destaca em todas as vertentes, estudos,

estatísticas, meios de comunicação social, entre outros. Associando à violência bidirecional a dimensão parentalidade, este estudo, assume uma relevância ainda maior, atendendo aos poucos estudos focados nesta dimensão no contexto específico da violência bidirecional e à importância da parentalidade no presente e no futuro.

Os resultados do presente estudo, demonstraram que, tal como refere a literatura, a violência bidirecional é a forma mais prevalente de violência íntima entre os indivíduos da comunidade (Bates et al., 2014; Capinha et al., 2022; Ridings et al., 2018; Straus, 2015), por comparação à violência unidirecional. De facto, existe um estudo internacional que mostra que a prevalência da violência bidirecional abrange cerca de 39% a 72% das estatísticas (Langhinrichsen-Rohling et al., 2012). De acordo com uma revisão sistemática (Sousa, 2021), a prevalência de violência bidirecional encontra-se bastante elevada em todo o mundo, sendo que o continente no qual se verificou uma maior taxa deste fenómeno foi na Europa (98.4%) (Arteaga et al., 2015).

Em Portugal, como sabemos, os estudos são escassos, mas o primeiro estudo realizado com a comunidade portuguesa, ainda que apenas com uma amostra de homens (Machado et al., 2019), encontrou dados que corroboram a informação reportada nos estudos internacionais. Também no estudo de Capinha et al. (2022) os participantes homens e mulheres relataram ser vítimas e perpetradores na mesma proporção. Aliás, de acordo com Matos e Santos (2014), as denúncias de casos caracterizados pela bidirecionalidade da violência parecem estar a aumentar. De facto, os resultados do presente estudo e o número considerável de casos de violência bidirecional reportados no mesmo vão de encontro aos dados encontrados nos estudos nacionais referidos.

No entanto, importa mencionar que a análise dos dados deste estudo deve ser feita de forma cautelosa, visto que a amostra é reduzida e existe uma diferença considerável entre o número de indivíduos do grupo violência unidirecional e o número de indivíduos do grupo violência bidirecional, o que pode dificultar a confirmação destes dados. Não obstante, importa salientar que do total da amostra, 42.7% participantes reportaram experienciar e/ou perpetrar algum tipo de violência na intimidade, o que se revela um dado particularmente relevante.

No que diz respeito à primeira hipótese (i.e., espera-se que pais e mães envolvidos em relações íntimas pautadas pela violência bidirecional apresentem perceções de menor qualidade na relação com os seus filhos do que pais sem violência ou em situação de violência unidirecional), a mesma foi corroborada pelos dados encontrados. Assim, os

resultados obtidos mostraram que pais e mães que vivem em contextos caracterizados por violência bidirecional apresentam valores médios mais baixos no PCRI, ou seja, têm uma percepção de menor qualidade na relação com os seus filhos. Devido à insuficiente investigação sobre o tema, a literatura não avança muitas justificações para este fenómeno, no entanto, os estudos que existem referem que os casais tendem a transpor para a relação com os filhos as dinâmicas que estabelecem na relação conjugal (Cox & Paley, 1997; HosokawaI & Katsura, 2019). Ou seja, se o casal não tem uma relação de comunicação aberta entre si, é provável que o mesmo se verifique na relação com os filhos (Insetta et al., 2015).

Adicionalmente, os resultados do presente estudo vão ao encontro ao que é reportado na literatura, ou seja, que a dimensão comunicação é aquela que é referenciada como sendo a mais afetada em contextos relacionais caracterizados por violência bidirecional, corroborando, desta forma, a segunda hipótese (i.e., espera-se que a dimensão da comunicação seja a mais afetada). De facto, de acordo com alguns estudos, a comunicação pais-filhos é a dimensão que tende a encontrar-se mais afetada em contextos onde impera a violência (Jeong et al., 2020; Stover et al., 2013), sendo que em contextos caracterizados por violência bidirecional o défice tende a ser ainda mais acentuado (Kamody et al., 2020). A maior afetação da dimensão comunicação é explicada pela dificuldade que os pais apresentam em comunicar com os filhos, devido à vergonha que sentem pelos seus comportamentos (Kamody et al., 2020), a esta ser uma dimensão bastante afetada na relação conjugal e, conseqüentemente, afetada na relação parental (Insetta et al., 2015) ou devido à crença dos pais de que ao evitar comunicar com os filhos sobre a situação familiar os estarão a proteger da possível exposição aos conflitos (Brown et al., 2007).

Os pais, pertencentes ao grupo que perpetra violência unidirecional evidenciaram valores mais elevados na dimensão comunicação do que os pais do grupo caracterizado pela violência bidirecional. Ou seja, o primeiro grupo tende a perceber maior qualidade na comunicação com os filhos que os pais envolvidos em relações pautadas pela violência bidirecional. Para além da dimensão da comunicação, os pais que perpetram violência unidirecional relatam, também, níveis mais elevados de apoio parental do que os pais do grupo caracterizado por violência bidirecional, considerando-se, assim, o grupo mais apoiante na relação com os filhos. De uma forma geral, desta análise é possível perceber que os pais envolvidos em violência bidirecional tendem a apresentar percepções de menor

qualidade na relação com os filhos do que os pais do grupo perpetração de violência unidirecional e do que os pais do grupo sem violência.

O funcionamento reflexivo dos pais do grupo que perpetra violência pode explicar as suas percepções positivas nas diferentes dimensões da relação pais-filhos. Isto é, de acordo com a literatura, existem pais e mães, que apesar da existência de violência entre si, são dotados de uma capacidade reflexiva que lhes permite compreender os sentimentos e emoções dos filhos e o impacto que a exposição à violência pode ter nos mesmos. Desta forma, apesar dos conflitos conjugais, são capazes de manter uma relação positiva e de proximidade com os filhos, atendendo às suas necessidades e, desta forma, protegendo-os do ambiente conflituoso (Slade, 2005; Suchman et al., 2010).

No entanto, pese embora comparativamente com os pais dos outros grupos (violência unidirecional perpetração e sem violência), os pais envolvidos em relações íntimas caracterizadas pela violência bidirecional tendam a perceber esta dimensão como sendo a mais afetada, quando comparamos com os resultados dos pais da amostra comunitária (Pedro, 2011) e da amostra forense (Leite et al., 2018), não se verifica uma considerável afetação nesta dimensão, pois os valores encontram-se dentro da média.

Atenta-se, ainda, à possibilidade de as respostas fornecidas pelos participantes estarem sujeitas à variável desejabilidade social, acautelada neste estudo. Através da sua análise e por comparação com os valores médios da comunidade, os pais que perpetram violência unidirecional e que tiveram pontuações mais elevadas nas dimensões acima referidas, apresentam níveis de desejabilidade social acima dos pontos médios. Logo, as suas respostas podiam ter como objetivo a transmissão da ideia de que, apesar de existir violência, continuam a ter uma relação positiva com os filhos, e que esta não é afetada pela violência. Sendo que esta sua percepção pode não corresponder à realidade.

O mesmo pode ser reportado no grupo de pais que perpetram violência bidirecional, no sentido em que a sua percepção de qualidade na relação com os filhos pode estar enviesada e existirem outras dimensões afetadas, para além das referidas, considerando que também apresentam níveis de desejabilidade acima da média.

Já no que concerne à terceira hipótese (i.e., espera-se que os pais apresentem percepções de menor qualidade da relação com os filhos do que as mães), foi possível perceber que esta não foi corroborada pelos nossos dados. Ou seja, os dados obtidos na análise de comparação entre sexos permitiram perceber que não existem diferenças entre pais e mães ao nível da percepção da relação pais-filhos. Da mesma forma, não foi possível sustentar a hipótese de

que o sexo é a variável que influencia a percepção de qualidade da relação pais-filhos, mas sim a existência de violência na relação e, neste caso em particular, a existência de violência bidirecional. No que refere à questão de sexo, a própria literatura não é consensual, pois se, por um lado, existem estudos que apontam que os pais são menos dotados de funcionamento reflexivo do que as mães (Esbjörn et al., 2013), por outro lado, existem autores que afirmam que algumas mães parecem ser o progenitor de maior risco para as crianças, ao contrário dos pais (Cannon et al., 2018; Cannon et al., 2019).

Neste sentido, os resultados do presente estudo mostram que a violência bidirecional parece afetar de igual forma a relação pais-filhos quer quando se trata de pais, quer quando se trata de mães. Por outro lado, estes dados podem não significar uma verdadeira ausência de diferenças, sendo necessário analisar os mesmos com cautela, devido à discrepância em termos amostrais entre homens e mulheres, no presente estudo. O facto do número de participantes do sexo feminino se apresentar em maioria e o número de participantes do sexo masculino se encontrar em minoria não permite fazer comparações justas entre os mesmos.

Por fim, a última análise realizada corrobora também a nossa quarta hipótese (i.e., espera-se que pais com idades mais avançadas e com relações mais duradouras apresentem percepções de menor qualidade na relação com os filhos). Quando analisados os dados relativos ao grupo de pais caracterizado por violência bidirecional, é possível perceber que pais mais velhos percecionam de forma menos positiva o seu envolvimento na relação com os filhos. Já no que refere à duração da relação, os pais envolvidos em relações conjugais mais duradouras tendem a percecionar de forma menos positiva a dimensão comunicação. De facto, a literatura aponta um conjunto de stressores presentes nos casamentos, sejam internos (e.g., ter filhos, coabitação, dificuldade na resolução de conflitos, problemas de saúde) ou externos (e.g., trabalho, tensão na relação com o parceiro íntimos ou outras pessoas externas à relação, problemas financeiros) aos mesmos, que parecem afetar várias vertentes da vida das pessoas, nomeadamente, o funcionamento das relações conjugais e as relações parentais (Randall & Bodenmann, 2009).

Limitações

Pese embora as contribuições do presente estudo, este apresenta também um conjunto de limitações. Em primeiro lugar é de salientar a reduzida dimensão da amostra, a qual obstaculiza a generalização dos resultados à população. Da mesma forma, o reduzido número de participantes não nos permite atingir o poder estatístico necessário, sendo que

seriam necessários, no mínimo, 176 participantes e esta investigação contou apenas com uma amostra de 138. Esta limitação resulta do número reduzido de pessoas que participaram no estudo e da agravante necessidade de excluir participantes que não cumpriam os critérios de elegibilidade (e.g., não ter filhos, não conclusão do preenchimento dos questionários). Outra limitação prende-se com a discrepância entre sexos, sendo a amostra composta por um elevado número de participantes do sexo feminino e um reduzido número de participantes do sexo masculino, o que não nos permite fazer comparações justas entre os mesmos. Os baixos valores de alfa dos instrumentos SDSR-5 e PCRI, na escala “Desejabilidade Social”, assim como os baixos valores médios do IVC encontrados nas duas escalas: vitimação e perpetração, referentes à amostra do presente estudo, também se constituem como uma fraqueza, pois não permitem garantir a consistência dos instrumentos utilizados. Outra limitação decorre das análises realizadas ao instrumento de desejabilidade social, onde se verificou que os participantes obtiveram valores acima do ponto médio, principalmente os participantes do grupo de pais que perpetra violência unidirecional, o que não permite recolher informações transparentes e obter dados fidedignos. Esta é uma dificuldade decorrente da utilização de medidas de autorrelato.

Por fim, a realização do estudo online acarreta dificuldades e limitações, nomeadamente, o não controlo sobre quem está a responder, em que condições e quantas vezes a mesma pessoa responde ao estudo, a partir de outros IP's (visto que a partir do mesmo IP, cada pessoa só consegue responder uma vez), o facto de o link de acesso poder suscitar receio de fraude nas pessoas, o facto de não estarmos em contacto com os participantes e não ser possível construir com os mesmos uma relação de empatia, o facto de ser um questionário extenso e por essa razão, aumentar a probabilidade de os participantes desistirem de responder devido ao cansaço, por exemplo.

Estudos futuros

No que respeita a sugestões para estudos futuros, propõe-se considerar a idade dos filhos e em que medida é que a mesma pode ter implicações ao nível da relação entre pais e filhos, tendo em conta que a literatura reporta que parece existir uma maior dificuldade ao nível da dimensão comunicação com filhos adolescentes (Kamody et al., 2020). De mencionar que a inclusão desta variável chegou a ser considerada para o presente estudo, no entanto, atendendo ao reduzido número de respostas não foi possível realizar as respetivas análises.

Considera-se, também, pertinente a realização deste estudo com outras amostras, nomeadamente, com participantes homossexuais. E ainda, num futuro próximo, tentar perceber a perceção dos filhos sobre a relação com os pais, inseridos em contextos de violência bidirecional.

Conclusão

A pertinência deste estudo prende-se com a necessidade de explorar o fenómeno da violência bidirecional e as suas consequências, nomeadamente ao nível da parentalidade e, mais especificamente, a respeito da perceção que os pais e as mães têm acerca da qualidade da sua relação com os filhos. Importa fazer referência à ausência de respostas que permitam o desenvolvimento de projetos de prevenção e intervenção para esta problemática, decorrente da escassez de estudos, quer a nível nacional quer a nível internacional. A literatura que existe sobre as questões da violência está alicerçada na violência unidirecional, muito devido à feminização do fenómeno que foi deixando para trás e negligenciando a vitimação dos homens, assim como os fenómenos de violência bidirecional (Machado et al., 2019; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012). Assim, este estudo vem colmatar, também, esta falha.

O tema em estudo traz uma nova perspetiva acerca dos perfis das vítimas e dos perpetradores. Ao contrário do que foi concetualizado durante anos, estes perfis não se prendem apenas com estereótipos e questões de género (Hamel, 2020), mas sim com dinâmicas e características da violência e do seu impacto não só a nível conjugal, mas também a nível parental (Stroud et al., 2015).

Desta forma, é fundamental estender estas noções para a prática profissional. A este nível, é necessário o desenvolvimento de ações de prevenção e intervenção eficazes e adequadas a este fenómeno. Ações estas que devem ser baseadas no desenvolvimento de competências parentais, nomeadamente, o funcionamento reflexivo e a comunicação, bem como na consciencialização do impacto do comportamento violento entre os pais nos filhos. As mesmas devem seguir uma abordagem psicoeducativa na intervenção com os pais envolvidos em relações caracterizadas pela violência, de forma a ser possível o desenvolvimento das competências acima descritas. A propósito de prevenção, justifica-se, igualmente, a importância de atuar junto de instituições de apoio à vítima e profissionais de prestações de serviços, com o objetivo de os capacitar para um trabalho inclusivo no que

respeita ao sexo, de forma que se possa prevenir e reverter, por exemplo, o estereótipo a que os homens estão sujeitos quando se assumem como vítimas.

Outra implicação considerada, passa pela necessidade de intervir com os pais individualmente, como indivíduos que sofrem e praticam violência. Como já foi referido neste estudo, a violência contra um parceiro íntimo acarreta a probabilidade de a mesma se transpor para a relação com os filhos. Desta forma, considera-se pertinente avançar com um trabalho individualizado com cada progenitor, utilizando uma abordagem holística e perceber quais as motivações dos seus comportamentos, atuando nas suas causas, nos comportamentos propriamente ditos e nas suas cognições.

De forma a ser possível avançar com as implicações consideradas acima, considera-se necessário investir neste tema de um ponto de vista mais teórico, no sentido de se avançar com mais estudos sobre o mesmo, permitindo o aumento da compreensão e conhecimento sobre o tema na população em geral e nos profissionais envolvidos com o objetivo de consciencializar a comunidade para a igualdade de género, no que diz respeito aos perfis das vítimas, necessidade de denúncia e apoio e, consequentemente, para o desenvolvimento de ações inclusivas de género.

Referências

- Ali, P. A., Dhingra, K., & McGarry, J. (2016). A literature review of intimate partner violence and its classifications. *Aggression and Violent Behavior*, 1-10. <http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2016.06.008>
- Anderson, K. L. (2013). Why do we fail to ask “Why” about gender and intimate partner violence? *Journal of Marriage and Family*, 75(2), 314–318. <https://doi.org/10.1111/jomf.12001>
- Arteaga, A., Fernández-Montalvo, J., & López-Goñi, J. J. (2015). Prevalence and differential profile of patients with drug addiction problems who commit intimate partner violence. *The American Journal On Addictions*, 24(8), 756-764. <https://doi.org/10.1111/ajad.12302>
- Bancroft, L., Silverman, J. G., & Ritchie, D. (2011). *The batterer as parent: Addressing the impact of domestic violence on family dynamics* (1st ed.). Sage.
- Bancroft, L., Silverman, J.G., & Ritchie, D. (2012) *The batterer as parent. Addressing the impact of domestic violence on family dynamics* (2nd ed). Sage.
- Barocas, B., Emery, D., & Mills, L. G. (2016). Changing the domestic violence narrative: Aligning definitions and standards. *Journal of Family Violence*, 31, 941-947. <https://doi.org/10.1007/s10896-016-9885-0>
- Barreira, A. K., Lima, M. L. C., Bigras, M., Njaine, K., & Assis, S. G. (2014). Directionality of physical and psychological dating violence among adolescents in Recife, Brazil. *Revista Brasileira Epidemiol*, 217-228. <https://doi.org/10.1590/1415-790X201400010017ENG>
- Bastien, S., Kajula, L. J., & Muhwezi, W. W. (2011). A review of studies of parent-child communication about sexuality and HIV/ AIDS in sub-Saharan Africa. *Reproductive Health*, 8(25), 1-17. <https://doi.org/10.1186/1742-4755-8-25>
- Bates, E. A., Graham-Kevan, N., & Archer, J. (2014). Testing predictions from the male control theory of men’s partner violence. *Aggressive Behavior*, 40, 42–55. <https://doi.org/10.1002/ab.21499>
- Black, D. S., Sussman, S., & Unger, J. B. (2010). A further look at the intergenerational transmission of violence: Witnessing interparental violence in emerging adulthood. *Journal of Interpersonal Violence*, 25(6), 1022–1042. <https://doi.org/10.1177/0886260509340539>

- Brown, A. M., Fitzgerald, M. M., Shipman, K., & Schneider, R. (2007). Children's expectations of parent-child communication following interparental conflict: Do parents talk to children about conflict? *Journal of Family Violence*, 22, 407–412. <https://doi.org/10.1007/s10896-007-9095-x>
- Buzawa, E. S., & Buzawa, C. G. (2013). What does research suggest are the primary risk and protective factors for intimate partner violence (IPV) and what is the role of economic factors? *Journal of Policy Analysis and Management*, 32, 128–137. <https://doi.org/10.1002/pam.2013.32.issue-1>
- Cannon, C., Ferreira, R. J., & Buttell, F. (2018). Critical race theory, parenting, and intimate partner violence: Analyzing race and gender. *Research on Social Work Practice*, 29(5), 590–602. <https://doi.org/10.1177/1049731518784181>
- Cannon, C., Ferreira, R. J., & Buttell, F. (2019). Differences and similarities between male and female intimate partner violence perpetration and parenting attitudes. *Journal of Evidence-Based Social Work*, 16(4), 442–459. <https://doi.org/10.1080/26408066.2019.1625094>
- Capinha, M., Rijo, D., Pereira, M., & Matos, M. (2022). A prevalência, direcionalidade e perpetração diádica tipos de violência por parceiro íntimo numa amostra comunitária em Portugal: Uma investigação inclusiva de sexo. *Revista Europeia sobre Política Criminal e Pesquisa*, 1–18. <https://doi.org/10.1007/s10610-022-09514-w>
- Carney, M., Buttell, F., & Dutton, D. (2007). Women who perpetrate intimate partner violence: A review of the literature with recommendations for treatment. *Aggression and Violent Behavior*, 12(1), 108–115. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2006.05.002>
- Chen, M., & Johnston, C. (2012). Interparent childrearing disagreement, but not dissimilarity, predicts child problems after controlling for parenting effectiveness. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 41, 189–201. <https://doi.org/10.1080/15374416.2012.651997>
- Cheung, R. Y., Cummings, E. M., Zhang, Z., & Davies, P. T. (2016). Trivariate modeling of interparental conflict and adolescent emotional security: An examination of mother-father-child dynamics. *Journal of Youth and Adolescence*, 45(11), 2336–2352. <https://doi.org/10.1007/s10964-015-0406-x>
- Chiesa, A. E., Kallechey, L., Harlaar, N., Ford, C. R., Garrido, E. F., Betts, W. R., & Maguire, S. (2018). Intimate partner violence victimization and parenting: A

- systematic review. *Child Abuse & Neglect*, 285-300.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.03.028>
- Costa, D., Soares, J., Lindert, J., Hatzidimitriadou, E., Sundin, Ö., Toth, O., Ioannidi-Kapolo, E., & Barros, H. (2015). Intimate partner violence: A study in men and women from six European countries. *International Journal of Public Health*, 60(4), 467–478.
<https://doi.org/10.1007/s00038-015-0663-1>
- Cox, M. J., & Paley, B. (1997). Families as systems. *Annual Review of Psychology*, 48, 243–267. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.48.1.243>
- Cuenca, M., Graña, J., & Redondo, N. (2015). Differences in prevalence of partner aggression as the revised conflict tactics scale: Individual and dyadic report. *Behavioral Psychology*, 23, 127–140.
- Cunha, O. (2013). *Perpetradores de violência em relações de intimidade: Da caracterização à intervenção* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. Repositório. <http://hdl.handle.net/1822/34474>
- Cunha, O., & Gonçalves, R. A. (2015). Avaliação da eficácia de um programa de intervenção com agressores. *Pesquisa em Pequenos Grupos*, 46(4), 455-482.
<https://doi.org/10.1177/1046496415592478>
- Cunha, O., & Gonçalves, R. A. (2016). Violência por parceiro íntimo grave e menos grave: Da caracterização à previsão. *Violência e vítimas*, 31(2), 235-250.
<https://doi.org/10.1891/0886-6708.VV-D-14-00033>
- Cunha, O., Peixoto, M., Cruz, A. R., & Gonçalves, R. A. (2021). Buss-Perry Aggression Questionnaire: Factor structure and measurement invariance among portuguese male perpetrators of intimate partner violence. *Criminal Justice and Behavior*, 1–17.
<https://doi.org/10.1177/00938548211050113>
- Decreto-Lei n.º 48/95 do Código Penal (1995). Diário da República: I série, n.º 152. <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/c/107981223/201708230100/73474054/diploma/indice>
- DeVoe, E. R., & Smith, E. L. (2002). The impact of domestic violence on urban preschool children: Battered mothers' perspectives. *Journal of Interpersonal Violence*, 17, 1075-1101. <https://doi.org/10.1177/08862605-0201710-04>
- Esbjörn, B. H., Pedersen, S. H., Daniel, S. I. F., Hald, H. H., Holm, J. M., & Steele, H. (2013). Anxiety levels in clinically referred children and their parents: Examining the unique influence of self-reported attachment styles and interview-based reflective

- functioning in mothers and fathers. *British Journal of Clinical Psychology*, 52(4), 394–407. <https://doi.org/10.1111/bjc.12024>
- Farley, J. P., & Kim-Spoon, J. (2014). The development of adolescent self-regulation: Reviewing the role of parent, peer, friend, and romantic relationships. *Journal of Adolescence*, 37(4), 433–440. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2014.03.009>
- Fife-Schaw, C. (2000). Levels of measurement. In G. M. Breakwell, S. Hammond, & C. Fife-Schaw (Eds.), *Research methods in psychology* (pp. 147-157). Sage.
- Finzi-Dottan, R., & Harel, G. (2014). Parents’ potential for child abuse: An intergenerational perspective. *Journal of Family Violence*, 29(4), 397-408. <https://doi.org/10.1007/s10896-014-9592-7>
- Fonagy, P., & Bateman, A. W. (2006). Mechanisms of change in mentalization-based treatment of BPO. *Journal of Clinical Psychology*, 62(4), 411–430. <https://doi.org/10.1002/jclp.20241>
- Frioux, S., Wood, J. N., Fakeye, O., Luan, X., Localio, R., & Rubin, D. M. (2014). Longitudinal association of county-level economic indicators and child maltreatment incidents. *Maternal and Child Health Journal*, 18, 2202–2208. <https://doi.org/10.1007/s10995-014-1469-0>
- Gardner, S., Loya, T., & Hyman, C. (2014). Family live: Parental skill building for caregivers with interpersonal trauma exposures. *Clinical Social Work Journal*, 42, 81–89. <https://doi.org/10.1007/s10615-012-0428-8>
- Graham-Kevan, N., & Archer, J. (2009). Control tactics and partner violence in heterosexual relationships. *Evolution and Human Behavior*, 30, 445-452. <https://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2009.06.007>
- Hamel, J. (2009). Toward a gender-inclusive conception of intimate partner violence research and theory: Part 2 – new directions private practice. *International Journal of Men’s Health*, 8(1), 41-59. <http://dx.doi.org/10.3149/jmh.0801.41>
- Hamel, J. (2020). Explaining symmetry across sex in intimate partner violence: Evolution, gender roles, and the will to harm. *Partner Abuse*, 11(3), 228–267. <https://doi.org/10.1891/PA-2020-0014>
- Heinrichs, N., Cronrath, A. L., Degen, M., & Snyder, D. K. (2010). The link between child emotional and behavioral problems and couple functioning. *Family Science*, 1, 152-172. <https://doi.org/10.1080/1942462.0.2010.569366>

- Holmes, S. C., Johnson, N. L., Rojas-Ashe, E. E., Ceroni, T. L., Fedele, K. M., & Johnson, D. M. (2019). Prevalence and predictors of bidirectional violence in survivors of intimate partner violence residing at shelters. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(16), 1-24. <https://doi.org/10.1177/0886260516670183>
- Holt, S., Buckley, H., & Whelan, S. (2008). The impact of exposure to domestic violence on children and young people: A review of the literature. *Child Abuse & Neglect*, 32, 797–810. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.02.004>
- Hosokawa, R., & Katsura, T. (2019). Exposure to marital conflict: Gender differences in internalizing and externalizing problems among children. *PlosOne*, 14(9), 1-14. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0222021>
- Insetta, E. R., Akers, A. Y., Miller, E., Yonas, M. A., Burke, J. G., Hintz, L., & Chang, J. C. (2015). Intimate partner violence victims as mothers: Their messages and strategies for communicating with children to break the cycle of violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 30, 703–724. <https://doi.org/10.1177/0886260514535264>
- Izaguirre, A., & Calvete, E. (2015). 35Children who are exposed to intimate partner violence: Interviewing mothers to understand its impact on children. *Child Abuse & Neglect*, 1-10. <http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.05.002>
- Jeong, J., Adhia, A., Bhatia, A., McCoy, D. C., & Yousafzai, A. K. (2020). Intimate partner violence, maternal and paternal parenting, and early child development. *Pediatrics*, 145(6), 1-7. <https://doi.org/10.1542/peds.2019-2955>
- Kamody, R. C., Howell, K. H., Schwartz, L. E., Schaefer, L. M., & Thurston, I. B. (2020). A cross-sectional examination of intimate partner violence and mother-child communication. *Journal of Child and Family Studies*, 29, 1363–1373. <https://doi.org/10.1007/s10826-019-01617-z>
- Langhinrichsen-Rohling, J., Misra, T. A., Selwyn, C., & Rohling, M. L. (2012). Rates of bidirectional versus unidirectional intimate partner violence across samples, sexual orientations, and race/ethnicities: A comprehensive review. *Partner Abuse*, 3(2). <http://dx.doi.org/10.1891/1946-6560.3.2.199>
- Leite, J., Castro-Rodrigues, A., Gomes, H. S., Gonçalves, R. A., & Cunha, O. (2018). Psychometric properties of the “parent-child relationship inventory” (PCRI) in a portuguese forensic sample. *Journal of Child Custody*, 1-20. <https://doi.org/10.1080/15379418.2018.1445058>

- Letourneau, N. L., Fedick, C. B., & Willms, J. D. (2007). Mothering and domestic violence: A longitudinal analysis. *Journal of Family Violence*, 22, 649-659. <https://doi.org/10.1007/s10896-007-9099-6>
- Machado, A. & Matos, M. (2012). *Homens de quem não se fala: As Vítimas esquecidas da Violência Na Intimidade* [Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho]. Psiquiatria, Psicologia e Justiça.
- Machado, A., Santos, A., Graham-Kevan, N., & Matos, M. (2019). The prevalence of bidirectional intimate partner violence reported by Portuguese men. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 57, 83-90. <https://doi:10.1016/j.ijlcj.2019.03.002>
- Martin, M. J., Sturge-Apple, M. L., Davies, P. T., Romero, C. V., & Buckholz, A. (2017). A process model of the implications of spillover from coparenting conflicts into the parent–child attachment relationship in adolescence. *Development and Psychopathology*, 417–431 <https://doi.org/10.1017/S0954579417000086>
- Matos, M., & Santos, A. (2014). Violência na intimidade: da gestão do risco à construção da autoria. In Matos, M. (Ed.), *Vítimas de crime e violência: Práticas de intervenção* (pp. 59–72). Psiquilíbrios Edições.
- Meyer, S. (2017). Motivating perpetrators of domestic and family violence to engage in behaviour change: The role of fatherhood. *Child & Family Social Work*, 1-8. <https://doi.org/10.1111/cfs.12388>
- Miller, E., & McCaw, B. (2019). Intimate partner violence. *The New England Journal Of Medicine*, 850-857. <https://doi.org/10.1056/NEJMra1807166>
- Milletich, R., Kelley, M., Doane, A., & Pearson, M. (2010). Exposure to interparental violence and childhood physical and emotional abuse as related to physical aggression in undergraduate dating relationships. *Journal of Family Violence*, 25, 627-637. <https://doi.org/10.1007/s10896-010-9319-3>
- Mohaupt, H., & Duckert, F. (2016). Parental reflective functioning in fathers who use intimate partner violence: Findings from a Norwegian clinical sample. *Nordic Psychology*, 68(4), 272–286. <https://doi.org/10.1080/19012276.2016.1162107>
- Nagy, M., Kleppin, A., Erford, B. T., Anderson, B. M., & Smith, H. L. (2020) Psychometric Synthesis of the Parent-Child Relationship Inventory. *Journal of Counseling & Development*, 99, 326-336. <https://doi.org/10.1002/jcad.12378>
- Narciso, I., Relvas, A. P., Ferreira, L. C., Vieira-Santos, S., Fernandes, M., SantaBárbara, S., & Machado, I. (2018). Mapping the “good mother”: Meanings and experiences in

- economically and socially disadvantaged contexts. *Children and Youth Services Review*, 93, 418-427. <https://doi.org/10.1016/j.chidyouth.2018.08.029>
- O'Dougherty Wright, M., Crawford, E., & Del Castillo, D. (2009). Childhood emotional maltreatment and later psychological distress among college students: The mediating role of maladaptive schemas. *Child Abuse & Neglect*, 33, 59–68. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.12.007>
- Pechorro, P., Ayala-Nunes, L., Oliveira, J. P., Nunes, C., & Gonçalves, R. (2016). Psychometric properties of the Socially Desirable Response Set-5 among incarcerated male and female juvenile offenders. *International Journal of Law and Psychiatry*, 49, 17-21. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2016.05.003>
- Pechorro, P., Nunes C., Gonçalves, R. A., Jesus, S. N., & Simões, M. R. (2019). A Escala de Respostas Socialmente Desejáveis-5: Validação numa Amostra Escolar de Jovens Portugueses. *Revista Iberoamericana de Diagnostico y Evaluacion Psicologica*, 52 (3), 15-25. <https://doi.org/10.21865/RIDEP52.3.02>
- Pedro, J. A. G. (2011). *Tradução e adaptação do “parent–child relationship inventory” numa amostra de pais portuguesa* (Tese de Mestrado não publicada). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa.
- Peled, E., & Gil, I. B. (2011). The mothering perceptions of women abused by their partner. *Violence Against Women*, 17, 457-479. <https://doi.org/10.1177/1077801211404676>
- Pellerone, M., Iacolino, C., Mannino, G., Formica, I., Zabbara, S. M. (2017). The influence of parenting on maladaptive cognitive schema: A cross-sectional research on a group of adults. *Psychology Research and Behavior Management*, 10, 47-58. <https://doi.org/10.2147/prbm.s117371>
- Perel, G., & Peled, E. (2008). The fathering of violent men: Constriction and yearning. *Violence Against Women*, 4(4), 457–482. <https://doi.org/10.1177/1077801208314846>
- Randall, A. K., & Bodenmann, G. (2009). The role of stress on close relationships and marital satisfaction. *Clinical Psychology Review*, 29, 105-115. <https://dx.doi.org/10.1016/j.cpr.2008.10.004>
- Ridings, L., Beasley, L., Bohora, S., Espeleta, H., & Silovsky, J. (2018). The role of social support on depression among vulnerable caregivers reporting bidirectional physical violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-23. <https://doi.org/10.1177/0886260518767913>

- Rosa, L. W., & Falcke, D. (2011, Novembro). *Rompendo o ciclo de violência doméstica* [III Congresso Internacional de Investigação e Prática Profissional em Psicologia XVIII]. Jornadas de Investigação Sétimo Encontro de Investigadores em Psicologia do MERCOSUR, Faculdade de Psicologia, Universidade de Buenos Aires.
- Salisbury, E. J., Henning, K., & Holdford, R. (2009). Fathering by partner abusive men: Attitudes on children's exposure to interparental conflict and risk factors for child abuse. *Child Maltreatment*, 14(3), 232–242.
<https://doi.org/10.1177/1077559509338407>
- Sant'Anna, T. C., & Penso, M. A. (2018). A transmissão geracional da violência na relação conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-11.
<http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e33427>
- Shaver, P. R., Mikulincer, M., & Shemesh-Iron, M. (2010). *A behavioral systems perspective on prosocial behavior*. In M. Mikulincer & P. R. Shaver (Eds.), *Prosocial motives, emotions, and behavior: The better angels of our nature* (pp. 73–92). American Psychological Association.
<https://doi.org/10.1093/oxfordhpb/9780195398991.013.0019>
- Simmons, C. A., Lehmann, P., & Dia, D. A. (2010). Parenting and women arrested for intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 25(8), 1429–1448.
<https://doi.org/10.1177/0886260509346064>
- Sistema de Segurança Interna (2020, agosto 4). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*.
<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDQ1NAUABR26oAUAAAA%3D>
- Sistema de Segurança Interna (2021, agosto 4). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*.
<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNLI0NgcAIUgtZwUAAAA%3d>
- Slade, A. (2005). Parental reflective functioning: An introduction. *Attachment & Human Development*, 7(3), 269–281. <https://doi.org/10.1080/14616730500245906>
- Sousa, C. A. A. (2021). *A violência bidirecional em relações de intimidade: Uma revisão sistemática* [Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona do Porto]. Repositório Científico Lusófona. <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/12663>

- Stover, C. S., & Kiselica, A. (2014). An initial examination of the association of reflective functioning to parenting of fathers. *Infant Mental Health Journal*, 35(5), 452–461. <https://doi.org/10.1002/imhj.21459>
- Stover, C. S., Easton, C. J., & McMahon, T. J. (2013). Parenting of men with co-occurring intimate partner violence and substance abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 28(11), 2290–2314. <https://doi.org/10.1177/0886260512475312>
- Straus, M. A. (2015). Dyadic concordance and discordance in family violence: A powerful and practical approach to research and practice. *Aggression and Violent Behavior*, 24, 83–94. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2015.04.011>
- Sturge-Apple, M., Skibo, M., & Davies, P. (2012). Impact of parental conflict and emotional abuse on children and families. *Partner Abuse*, 3, 379–400. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.3.3.379>
- Suchman, N. E., DeCoste, C., Castiglioni, N., McMahon, T. J., Rounsaville, B., & Mayes, L. (2010). The mothers and toddlers program, an attachment-based parenting intervention for substance using women: Post-treatment results from a randomized clinical pilot. *Attachment & Human Development*, 12(5), 483–504. <https://doi.org/10.1080/14616734.2010.501983>
- Umoren, O. A., & Owiriwa, N. C. (2018). Influence of domestic violence and parenting style on children's psychological well-being. *Gender & Behaviour*, 16(3), 12246-12254.
- World Health Organization [WHO]. (2022, setembro 13). *Violence against women*. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>
- Zalmanowitz, S. J., Babins-Wagner, R., Rodger, S., Corbett, B. A., & Leschied, A. (2013). The association of readiness to change and motivational interviewing with treatment outcomes in males involved in domestic violence group therapy. *Journal of Interpersonal Violence*, 28(5), 956–974. <https://doi.org/10.1177/0886260512459381>